



A EDUCAÇÃO FEMININA DURANTE O BRASIL COLONIAL

TOMÉ, Dyeinne Cristina

dyeinnetome@gmail.com

QUADROS, Raquel dos Santos

tkkel@hotmail.com

MACHADO, Maria Cristina Gomes (Orientadora)

mcgmachado@uem.br

Universidade Estadual de Maringá

História e Historiografia da Educação

Introdução

Este trabalho tem como proposta de estudo a compreensão do desenvolvimento das ideias educacionais pensadas para o público feminino durante o período colonial brasileiro. Momento este, em que a mulher, em sua maioria analfabetas, se mantinha submetida aos fortes olhares e cuidados da família e da Igreja. A única forma de educação que lhe foi concedida, era uma educação regrada e de reclusão pautada em preceitos exclusivamente religiosos, que tinha como principal conteúdo o estudo das religiosidades, ofertada exclusivamente pelos recolhimentos e conventos. Neste sentido, foi possível observar a complexidade das relações e determinações próprias para a educação feminina ao longo deste período histórico.

Como objetivo principal pretende-se fazer um estudo do panorama histórico durante período do Brasil colônia, tomando como base a educação feminina. Composto assim, uma visão da trajetória histórica, que vai de 1500 a 1822, das concepções educacionais pensadas para a mulher colonial. Partindo disso, foi possível ter uma melhor compreensão da realidade investigada.

Assim, como toda pesquisa e investigação histórica não é desinteressada. O que motivou este estudo, foi a necessidade de conhecer e responder algumas questões do presente, já que o passado “[...] é a própria consciência da historicidade humana, isto é, a percepção de



que o presente se enraíza no passado e se projeta no futuro”. (SAVIANI, 2008, p. 4).

Para a realização das discussões relacionadas ao tema proposto foram utilizados como referência principal os textos “Educação da Mulher e da Criança no Brasil Colônia” de Maria Beatriz Nizza da Silva (2010), “Mulheres Educadas na Colônia” escrito por Arilda Ines Miranda Ribeiro (2000), e o texto “A arte da Sedução: sexualidade feminina na colônia” de Emanuel Araújo (2010).

Para a apresentação dos argumentos, o trabalho está dividido em quatro subtítulos. O primeiro deles, irá mostrar que tipo de instrução era oferecida aqui no Brasil, nos primeiros anos da colonização e como ela era pensada em relação à mulher. Já o segundo, mostrará como era a condição social, educacional e cultural da mulher que vivia no Brasil colônia. O terceiro, trará a primeira forma de educação pensada e permitida a população feminino. Por fim, no quarto será mostrado como a educação de recolhimento, destinadas as mulheres, se expande pelo Brasil colonial, e como tal educação, a princípio vista como sinônimo de status social vai se tornando aos poucos, lugares para o exercício da punição e o enclausuramento feminino.

Primeiras impressões

Como mostra Ribeiro (2000), durante 322 anos, período em que o Brasil foi colônia de Portugal, a educação feminina esteve submetida aos cuidados da casa, do marido e dos filhos. A instrução era reservada aos filhos homens dos indígenas e dos colonos. Esses últimos cuidavam dos negócios do pai, ou entravam para a Companhia de Jesus. Já as mulheres, brancas, ricas ou pobres, negras escravas e as indígenas não tenham acesso a leitura e a escrita.

Em relação a isso, Silva (2010) mostra que os colégios jesuítas tinham como proposta principal, instruir os índios, e formar os quadros para a própria Companhia de Jesus. E de acordo com informações fornecidas pelo Padre José de Anchieta, os estudantes eram poucos e também sabiam pouco. Desta forma, até sua expulsão do Brasil em meados do século XVIII, os jesuítas priorizava o ensino daqueles que pretendiam seguir a carreira eclesiástica.

Neste período, segundo Ribeiro (2000), a mulher era considerada um ser inferior. “O sexo feminino fazia parte do *imbecilitus sexus*, ou sexo imbecil. Uma característica a qual



pertenciam mulheres, crianças e doentes mentais”. A autora diz ainda, que era muito comum a utilização de um versinho, tanto pelos portugueses como pelos brasileiros, que dizia: “mulher que sabe muito é mulher atrapalhada, para ser mãe de família, saiba pouco ou saiba nada”. Existia também, um abecedário moral que continha em cada letra o padrão de comportamento feminino socialmente desejado, que fora difundido na época, dedicado as mulheres que pretendiam aprender a ler, por exemplo: “a letra A significativa que a mulher deveria ser amiga de sua casa, H humilde a seu marido, M mansa, Q quieta, R regrada, S sizuda, entre outros”. Portanto, era essa a mentalidade expressa nesse período em relação a instrução feminina (RIBEIRO, 2000, p. 79-80).

A primeira reivindicação pela instrução feminina no Brasil, como mostra Ribeiro (2000), partiu de um indígena, que pediu ao Padre Manoel de Nóbrega que ensinasse a sua mulher a ler e escrever. Os indígenas consideravam a mulher uma companheira, não encontrando assim, razão para as diferenças de oportunidades educacionais. O padre sensibilizado com o pedido, achou a ideia muito boa, pois isso, poderia desencadear um processo de respeito pelas mulheres que viviam na colônia. Os padres jesuítas também tinham o desejo de fundar recolhimentos para as mulheres no Brasil. Para eles, a educação feminina na colônia significava a base para a obra de moralização, além de representar uma forma eficiente na formação de famílias brasileiras. Entretanto, essa ideia não se concretizou, pois foi qualificada como ousada de mais, principalmente pela Rainha de Portugal, Dona Catarina.

Embora isso tenha acontecido, Ribeiro (2000) mostra que alguns indígenas conseguiram burlar as regras. Um deles foi à índia Catarina Paraguassu, também conhecida como Madalena Caramuru, que segundo a autora, parece ter sido a primeira mulher que sabia ler e escrever e que no dia 26 de março de 1561, escreveu uma carta de próprio cunho ao Pe. Manoel de Nóbrega.

A autora observou ainda, que no século XVI, na própria metrópole não havia escolas para meninas e que estas eram educadas em casa. As portuguesas eram em sua grande maioria analfabetas. Mesmo as que viviam na Corte possuíam pouca leitura, destinadas apenas aos livros de oração.

A situação na colônia não era diferente. Segundo Silva (2010), a maioria das mulheres que aqui viviam nesse período eram incapazes de assinar o próprio nome, o que não significa que elas não soubessem ler algumas frases, já que leitura e escrita não eram aprendidas



simultaneamente e não possuíam o mesmo grau de dificuldade. “Até 1627, somente duas mulheres de São Paulo sabiam assinar o nome. Eram Leonor de Siqueira, viúva de Luiz Pedroso e sogra do Capitão-Mor Pedro Taques de Almeida, e Madalena Holsquor, viúva de Manuel Varanda, de origem flamenga”. Tanto é, que de 1578 a 1700, foram levantados 450 inventários e neles foi constatado que apenas duas mulheres sabiam ler e escrever (RIBEIRO, 2000, p. 81 e 86).

Apesar dessa condição, a mulher arrumava mecanismos para se comunicar com o sexo masculino depois do flerte, que ocorria normalmente dentro das igrejas. Como elas eram, na sua maioria, analfabetas, não podiam mandar bilhetes aos seus amantes. Utilizavam-se então, as flores como correspondência amorosa, que era um tipo de código secreto, que caiu em desuso quando o progresso da educação feminina a substituiu pela escrita (RIBEIRO, 2000, p. 85).

A condição social da mulher na colônia

Segundo Ribeiro (2000), no século XVI haviam poucas mulheres portuguesas na colônia brasileira. Em decorrência disso foi criado, no período, o mito da mulher branca. Aumentando assim, o preconceito em relação as mulheres de outras etnias (negras e índias). Com o aumento da população de mestiços, os jesuítas e a metrópole se preocuparam em trazer para o Brasil mulheres brancas com a intenção de reprodução e o estabelecimento de um padrão étnico europeu, ou seja, branco. Essa preocupação é evidenciada na carta que Nóbrega escreve para o Rei, em 1552, dizendo que o homem vivia em pecado e insistentemente pedia que Vossa Alteza mandasse muitas mulheres para cá, não importando quais fossem.

A autora prossegue afirmando que, não havia uma preocupação em relação a reputação dessas mulheres, muitas eram órfãs, ladras, prostitutas, alcoólatras, mentalmente incapacitadas etc. Mas na colônia brasileira elas seriam as responsáveis pela perpetuação do padrão europeu desejado, por meio da procriação dos portugueses. Com isso, fica claro que as mulheres brancas seriam meras reprodutoras dos varões portugueses na colônia, e que sua educação existia com esse objetivo.

Ribeiro (2000) mostra que no Brasil colônia, o homem era quem tomava as decisões. Era ele quem dominava, por meio da família patriarcal. E segundo a autora, a palavra família



vem de *famulus*, uma expressão latina que significa: escravo doméstico de um senhor.

Araújo (2010) reforça essa ideia afirmando que a Igreja e a família exerciam forte pressão sobre o adestramento do sexo feminino. Fundamentando-se na justificativa de que o homem era superior, e portanto cabia a ele exercer a sua autoridade. Isso fica ainda mais evidente, em uma passagem de São Paulo, na “Epístola aos Efésios”, onde diz que: “As mulheres estejam sujeitas aos seus maridos como ao Senhor, porque o homem é a cabeça da mulher, como Cristo é a cabeça da Igreja. Como a Igreja está sujeita a Cristo, estejam as mulheres em tudo sujeitas aos seus maridos” (5: 22-24 apud ARAÚJO, 2010, p. 46). Deste modo, a mulher estava condenada a pagar eternamente pelo erro de Eva.

Nos casamentos, como mostra Ribeiro (2000), não haviam laços afetivos e sim contratos econômicos acertados pelo pai, na falta desse, pelo irmão mais velho. Normalmente, as mulheres brancas colonial das camadas mais abastadas, casavam-se muito cedo. Segundo Araújo (2010), meninas entre 11 e 12 anos podiam contrair matrimônio. E quando as meninas já tinham entre 14 e 15 anos e ainda não havia se casado, ou melhor, os pais não haviam conseguido matrimônio para elas, era perceptível e incontestável a inquietação. Os casamentos eram realizados geralmente com homens bem mais velhos de 30, 40, ou até 50 anos. Isso porque, de acordo com Ribeiro (2000) demorava muito tempo para que esses portugueses conseguissem acumular fortuna ou herança paterna.

Até o casamento, essas moças, como enfatiza Ribeiro (2000), normalmente eram trancadas nas “casas grandes” mantendo suas virgindades sob forte vigilância do pai e dos irmãos. A própria Igreja, conforme mostra Araújo (2010) cuidava disso no confessionário, vigiando de perto gestos, atos, sentimentos e até sonhos, com perguntas bastante objetivas sobre isso:

Se pecou com tocamientos desonestos consigo ou com outrem.
Se tem retratos, prendas ou memórias de quem ama lascivamente.
Se solicitou para pecar com cartas, retratos ou dádivas.
Se falou palavras torpes com ânimo lascivo.
Se fez jogos de abraços ou outros semelhantes desonestos.
Se teve gosto e complacência dos pecados passados ou de sonhos torpes.
Se se ornou com ânimo de provocar a outrem a luxúria em comum ou em particular. (ARCENIAGA, apud ARAÚJO, 2010, p. 51)

Assim, desde muito cedo a mulher devia ter seus sentimentos, desejos e sensações



devidamente vigiados e domesticados.

A mulheres brancas, em sua maioria, eram também sexualmente ignorantes. Logo após o casamento, seguiam para a lua-de-mel sem nenhuma informação sobre o sexo. Muitas vezes conhecia o noivo dias antes do casamento, acertado entre os homens. Na hora da relação sexual, o ambiente deveria estar devidamente escuro, pois a claridade não combinava com a fecundação. Era natural as noivas se cobrirem com um lençol que possuía um abertura, em forma de círculo, ao meio, que ficava em cima dos órgãos sexuais (RIBEIRO, 2000). O noivo deveria sempre se sobrepôr a sua esposa na hora da cópula. A Igreja não permitia outras posições e nem o prazer sexual. O orgasmo era entendido como coisa do demônio, e o corpo da mulher, era um templo de purificação e não devia ser visto pelo marido. Moderação, freio dos sentidos, controle da carne, era o que se esperava de ambos (ARAÚJO, 2010).

Ribeiro (2000) observa, que muitas relações sexuais eram verdadeiros estupros. O prazer ficava a cargo das negras escravas, que além de servir seus senhores nas tarefas da casa, deviam satisfazê-los na cama. Ficando desta forma, a mulher branca encarregada somente da procriação, pois a maternidade deveria ser o ápice da vida da mulher. Só assim, de acordo com Araújo (2010), elas se afastariam de Eva e aproximariam-se de Maria, mãe de Jesus.

As atividades físicas, como mostra Ribeiro (2000), não era algo muito estimulado entre as mulheres brancas mais abastadas. Além do preconceito pelo trabalho manual, as mulheres portuguesas assimilaram da tradição moura o costume de não praticarem a caminhada ou cavalgar. Em casa viviam sempre sentadas ou deitadas. E as escravas ficavam a cargo de servi-las. Comiam muitos doces e engravidavam constantemente, o que contribuía para a deformação do corpo, tornando-as obesas logo cedo.

Desta forma, a sexualidade feminina durante o período colonial, carrega com si os grilhões das imposições e a culpa do pecado a ela atribuído por uma sociedade pautada em valores religiosos da Igreja Católica. Da qual só restava a mulher ser filha, irmã, mãe, religiosa, mas de forma alguma amante.

Educação Conventual

As mulheres que escapavam a situação de analfabetismo eram as meninas enviadas



para conventos na Europa, principalmente os de Portugal. Se tornando uma alternativa única para as que queriam estudar. Se as meninas escolhessem pelo celibato, eram rotuladas pela sociedade colonial como “solteironas”. “Uma mulher que não se casasse ou não fosse para um convento era considerada 'encalhada'. Criava-se, desta forma, o estímulo ao casamento: com os homens de Cristo ou com o próprio Cristo, no caso das freiras” (RIBEIRO, 2000, p. 87).

Devido a isso, observa Silva (2010), que a elite local não hesitava em mandar suas filhas para os conventos, apesar da longa e arriscada viagem. Todas essas jovens eram filhas de senhores de engenho, capitães-mores e marechais de campo, pessoas influentes que ostentavam títulos honoríficos.

Essa ida para conventos do Reino implicava em uma alfabetização, mesmo que diminuta, uma vez que a cultura letrada conventual era marcada pela leitura de devoção. Mas havia casos raros, como o de D. Tereza Margarida da Silva e Orta, que segundo Ribeiro (2000), foi a primeira romancista brasileira. Ela escreveu em 1752 o livro “Aventuras de Diófanos”, atribuído, durante muitos anos a Alexandre de Gusmão. Dorothea era o codinome utilizado por Tereza e seu livro obteve quatro edições, todas muito raras. Foi prisioneira durante o governo de Marquês de Pombal, por crime de lesa-majestade. No entanto, não se sabe ao certo que crime havia cometido.

A princípio o fluxo de jovens da colônia para a metrópole, a fim de ingresso nos conventos, não encontrou qualquer impedimento que não fosse de ordem econômica. Contudo, depois passou a ser considerada excessiva. Em relação a isso escreveu o governador de Minas Gerais ao rei, sugerindo que:

[...] não permitisse mais a ida de moças para Portugal e ilhas atlânticas para serem freiras, pois eram grandes o número das que iam todos os anos. E pressionava o rei com uma hipérbole: “Se Vossa Majestade não lhe puser toda proibição, suponho que toda a mulher do Brasil será freira” (SILVA, 2010, p. 133).

O Conselho Ultramarino, ao investigar o problema da evasão da população jovem feminina, concluiu que tal fenômeno nada tinha a ver com fervor religioso, mas que se tratava sobretudo de uma questão de prestígio social. Como era prática da nobreza colocar as filhas em conventos, os plebeus endinheirados viam a reclusão conventual, também, como uma forma de promoção social.



Sobre isso, Araújo (2010) relata um caso em que o pai, no mesmo dia em que a filha tomava o hábito, promoveu um grande festejo, com direito até a queima de fogos, por duas horas ininterruptas, e tiros de navio.

Dentro deste contexto, é possível observar, em uma passagem do livro *Madame Bovary*, como essa prática, das jovens estudarem em conventos, era valorizada, não só aqui no Brasil, mas também na Europa. O excerto mostra a preocupação de uma personagem quando descobre que a filha de um dos pacientes de seu marido havia sido educada em um convento bastante renomado:

Nas primeiras visitas de Carlos aos Bertaux, sua mulher não deixava de pedir notícias do doente; e mesmo no livro que escriturava em partidas dobradas, escolhera para o Sr. Rouault uma bela página em braco. Mas, quando lhe constou que ele tinha uma filha, colheu informações e soube que a Srta. Rouault, educada no Convento das Ursulinas, como se costumava dizer, uma educação esmerada e que, em consequência, sabia dança, geografia, desenho e bordados e piano. Danou-se! (FLAUBERT, 1971, p. 20).

Em primeiro de fevereiro de 1732, os conselheiros emitiram um parecer afirmando que era necessário que se tomasse uma medida para toda a colônia, aconselhando o respeito pela liberdade das moças de escolherem entre o estado religioso ou matrimonial (SILVA, 2010, p. 133). Como retrata Silva (2010), D. João V atendeu a esta preocupação, determinando assim, que antes de ser concedida autorização para a viagem das jovens, era necessário que se averiguasse efetivamente se as moças possuíam verdadeira vocação pela vida religiosa. No entanto, após a petição, o fluxo ainda se manteve intenso, mesmo após serem fundados conventos no Rio de Janeiro e na Bahia. Mas foi somente no final do século XVIII, que foram criados recolhimentos que tinham realmente objetivos educativos.

Proposta de educação de mulheres

Os recolhimentos surgiram no Brasil, como mostra Ribeiro (2000), na segunda metade do século XVII, e o ensino da leitura e da escrita, normalmente eram ministrados ao lado da música, do órgão e dos trabalhos domésticos. Não havia assim, um sistema formal de educação feminina, foi somente nos conventos que passaram a ser educadas. O primeiro



convento fundado no Brasil foi em 1678, denominado de Santa Clara do Desterro, na Bahia.

Os conventos, afirma Ribeiro (2000), também eram usados como prisões, pelos pais, quando estes haviam gerado muitas filhas, e temendo a divisão de suas propriedades com os futuros genros, mandavam a maioria para essas instituições de recolhimentos. Também era para os conventos que os maridos traídos enviavam suas esposas, ou os que pensavam em trair. Além dos irmãos, que no momento da partilha da herança preferiam não repartir os bens com suas irmãs.

Araújo (2010) conta ainda, que havia uma certa mulher que encaminhou, em 1809, um requerimento para sair do recolhimento dos Perdões, na Bahia, onde se encontrava desde 1789, alegava ela, que se encontrava ali a vinte anos, sem ter cometido delito algum, nem dado a mínima sombra de infidelidade ao seu marido. Este simplesmente viajara para Lisboa e esquecera a mulher no recolhimento.

Tendo isso em vista, muitas das moças que eram enviadas para os conventos, não tinham vocação para a religiosidade. Entretanto, muitas destas mulheres, trataram de administrar a instituição de forma produtiva e bem estruturada. Sobre isso, Silva (2010) diz que algumas recolhidas começam a se dedicar a administração da instituição e ao ensino das educandas ali recebidas. Pela primeira vez foi possível observar em um recolhimento a separação entre recolhidas e educandas. É que em finais do século XVIII, as autoridades só viam com bons olhos a criação de recolhimentos se estes servissem para a educação da população feminina. Diferente dos recolhimentos mais antigos que tinham como formação o cultivo da música e da oração, nada mais era ensinado além disso.

Como mostra Ribeiro (2000), com a expulsão dos jesuítas em 1759 e a implantação da Reforma Pombalina para Educação, em Portugal e em suas colônias, a instrução feminina, apesar de pouco ter mudado, representou uma primeira tentativa de transformação. Foi o português Luís Antonio Verney que dedicou um apêndice à educação da mulher, em sua obra “O verdadeiro método de estudar”. Sua proposta tinha como foco a vida doméstica, a serventia do lar, a tarefa de prender o marido em casa, além da arte de educar os filhos, que antes era tarefa da escrava. Verney sugeria também, a leitura da história, as noções de aritmética, o estudo das línguas, da dança, entre outros. No entanto, poucos reflexos dessa educação chegou ao Brasil.

Silva (2010) reforça afirmando, que tal educação trazia como princípio, um papel bem



definido a ser seguido pelas mulheres: “elas tem uma casa que governar, marido que fazer feliz, e filhos que educar na virtude” (p. 134-135). Para que desempenhassem bem estas funções, as meninas deveriam ser retiradas das casas dos pais, onde sua formação era descuidada, para serem educadas no recolhimento. Os bispos da época descreviam os vícios da educação doméstica como sinônimo de ociosidade. Pois, com as regalias prestadas pelas escravas, logo meninas sem terem nada para fazerem, dormiam em demasia, tornando-se moles e mais vulneráveis as rebeliões da carne, além de uma grande curiosidade pela vida alheia.

Sforni (1996) deixa isso bem claro quando afirma que, em alguns jornais da época encontravam-se várias denúncias as condições da mulher, principalmente em relação a utilidade de seu cotidiano. Com base nesse princípio eram atacadas as futilidades da maioria das mulheres, que tinham como maior ocupação as inutilidades, como: a moda, a participação em reuniões para “falar dos outros”, além de ficarem à janela e “dormirem até as 10 e 11 horas do dia”.

A autora destaca ainda, a descrição do papel social da mulher, no século XVIII, que apesar de já se verificar algumas mudanças em relação a sua educação, ainda permanecia a ideia de que ensinar ler e escrever era proporcionar a mulher os meios de manter correspondência amorosas, e que a costura e os trabalhos domésticos eram suas únicas ocupações próprias (SFORNI, 1996).

O plano de estudo, elaborado por Verney, previsto as meninas da sociedade de então, limitava-se, ao aprender ler, escrever e a contar, além de coser e de bordar, e isso bastaria para o futuro governo de suas casas. Apesar de parecer pouco, segundo Silva (2010), essa educação representou um importante passo na educação feminina durante a sociedade colonial, onde a maioria das mulheres, como foi mostrado a cima, sequer sabiam escrever o próprio nome.

Até 1808, a educação de uma forma geral continuou a mesma. Mesmo com a vinda de D. João VI e da Corte ao Brasil, e com as mudanças de ordem econômicas, sociais e culturais na sociedade colonial. De acordo com Ribeiro (2000), “tudo se preparara, mas nada de positivo se fizera em prol da educação da jovem brasileira” (p. 90).

Mas foi com a influencia dos estrangeiros, que aqui chegavam, segundo Silva (2010), que ocorreram algumas mudanças na educação feminina. Começa-se a surgirem o interesse e a procura, por parte das famílias, por preceptoras, sobretudo quando moravam longe do centro



da cidade. Na maioria das vezes, a procura eram por inglesas, irlandesas, ou escocesas e que fossem católicas romana. Os professores particulares geralmente ensinavam simultaneamente os meninos e as meninas da família.

Ainda de acordo com a autora, os colégios e aulas no centro da cidade destinados à educação feminina, aparecem em vários anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro*, de diferentes estabelecimentos, alguns dirigidos por inglesas e francesas. As diferenças sociais entre as moças a quem se destinavam os colégios e aulas ressaltavam dos próprios anúncios:

Enquanto D. Catarina Jacob abriu, em 1813, uma “academia para instrução de meninas” a quem seriam ensinadas “as línguas portuguesas e inglesas gramaticalmente”, toda a qualidade de costuras e bordados e também “o manejo da casa”, em outras aulas eram as escravas e as criadas que recebiam os ensinamentos práticos de que precisavam para melhorarem o serviço doméstico de seus senhores (SILVA, 2010, p. 137).

Tais anúncios da gazeta, levavam em conta as necessidades do mercado de trabalho, várias das técnicas eram ensinadas de acordo com essas necessidades, como por exemplo: fazer flores, ou enfeites, cortar e fazer vestidos, engomar, fazer renda.

Em 1813 foi criado em Salvador, um colégio dirigido exclusivamente à educação feminina, sendo sua diretora uma inglesa. Dando início assim, ao ensino da língua inglesa, e tão logo houvesse o número suficiente das alunas seriam ministradas aulas de música e dança. No entanto, o sistema inglês de educação foi considerado demasiado rígido para as famílias baianas, pois pouco tempo depois da abertura do colégio a diretora publicou um comunicado dizendo ter despedido três educandas, pelo fato de o pai não ter pago toda a mensalidade e também por elas não obedecerem os horários das aulas. E a diretora finaliza dizendo: “Faz-se este aviso público para que todos os senhores que quiserem fazer entrar suas filhas no mesmo colégio venham no conhecimento de que ali só se desejava a boa ordem e regularidade, e que se não pretende faltar a um só artigo do plano para isso estabelecido” (SILVA, 2010, p. 138-139).

Como mostra Ribeiro (2000) durante o Brasil colônia, não havia bancos nem agências de créditos. Os conventos desempenhavam esse papel em função do acúmulo de dotes e doações que recebiam. Com isso, muitas vezes as freiras emprestavam dinheiro aos proprietários de terras. E como muitos não conseguiam pagar as dívidas em função de



falências ou problemas no engenho, seus bens eram entregues ao convento como forma de pagamento. Assim, o patrimônio das freiras foram aumentando. Apenas teoricamente se abdicava da vida material. “O convento do Desterro, na Bahia, faziam empréstimos e tinha propriedades enquanto pregava a pobreza” (p.88).

A autora afirma ainda, que os conventos continuaram a crescer. Mas, mais do que uma educação formal, os conventos foram o reflexo daquilo que a sociedade colonial tinha como base fundamental, que era a questão econômica e a questão comercial.

Deste modo, foi somente a partir da segunda década do século XIX, que maiores oportunidades de aprendizado surgem, graças a instituições especialmente criadas para educação feminina, em um momento em que a sociedade se abria para o exterior e criava novas formas de pensar e agir.

REFERÊNCIA

ARAÚJO, Emmanuel. A Arte da Sedução: sexualidade feminina na colônia. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 45-77.

FLAUBERT, Gustave. **Madame Bovary**. 2. ed. São Paulo: Abril, 1971.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres Educadas na Colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000, p. 79-94.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SFORNI, Marta Sueli de Faria. **A Feminização do Corpo Docente na Democratização do Ensino no Século XIX**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1996.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. A Educação da Mulher e da Criança no Brasil Colônia. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**, Vol. I: Séculos XVI-XVIII. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 131-145.